

GUIA PRÁTICO

SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático – Serviço de Verificação de Incapacidade Temporária
(N40A – v4.05)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Instituto da Segurança Social, I.P.

PAGINAÇÃO

Gabinete de Comunicação

CONTACTOS



Telefone: **808 266 266** (n.º azul), dias úteis das 08h00 às 20h00.

Fax: **(+351) 272 240 900**

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Directa.

DATA DE PUBLICAÇÃO

Abril de 2010

ÍNDICE

A – O que é?	4
B1 – Quais as condições para ser submetido a uma verificação de incapacidade temporária?	4
C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?	6
C2 – Qual é o prazo de resposta?	7
D1 – Quanto é preciso pagar pelo serviço de verificação/reavaliação de incapacidade?	7
D2 – Como é pago?.....	8
D3 – Quais as minhas obrigações?	8
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável.....	9
E2 – Glossário	9

A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.
--

A – O que é?

O Serviço de Verificação de Incapacidades Temporárias (SVIT) é uma peritagem médica de avaliação das incapacidades temporárias para o trabalho.

O exame clínico realizado pelo SVIT não deve ser confundido com os exames feitos pelo médico assistente. O objectivo não é prestar cuidados de saúde mas sim avaliar se a pessoa está ou não apta para o trabalho (ou se tem ou não uma determinada doença ou deficiência).

A Verificação de Incapacidade Temporária é feita por comissões de verificação e por comissões de reavaliação.

B1 – Quais as condições para ser submetido a uma verificação de incapacidade temporária?

Em que situações é feita a verificação de uma incapacidade temporária?

1. A entidade empregadora quer confirmar se são justificadas as faltas ao trabalho ou a interrupção de férias por motivo de doença alegada pelo trabalhador

Haverá reavaliação se a entidade empregadora ou o trabalhador não concordar com a avaliação do médico

2. A Segurança Social quer confirmar se está realmente incapaz para o trabalho por motivo de doença

Haverá reavaliação se:

- **O seu médico não concordar com a decisão da Comissão de Verificação**
- **O trabalhador ficar novamente de baixa menos de 90 dias depois de ter sido considerado apto para trabalhar**

Em que situações é feita a verificação de uma incapacidade temporária?

1. A entidade empregadora quer confirmar se são justificadas as faltas ao trabalho ou a interrupção de férias por motivo de doença alegada pelo trabalhador

A entidade empregadora pode pedir ao Centro Distrital do Instituto da Segurança Social da área de residência do trabalhador que verifique se há incapacidade temporária para o trabalho. No mesmo dia deve informar o trabalhador de que foi feito um pedido de verificação.

Se a Segurança Social não designar um médico no prazo de 24 horas, a entidade empregadora pode tomar a iniciativa de designar um, desde que o médico nunca tenha trabalhado para essa empresa.

Haverá reavaliação se a entidade empregadora ou o trabalhador não concordar com a avaliação do médico

Tanto a entidade empregadora como o trabalhador podem pedir a reavaliação 24 horas após terem recebido o resultado da verificação. Nesse mesmo dia devem comunicar à outra parte que pediram uma reavaliação.

Mesmo que a decisão do médico que faz a verificação seja desfavorável ao trabalhador, o empregador não pode usá-la contra o trabalhador até terminar o prazo para recorrer (24 horas) ou, se o trabalhador recorrer, até ser conhecida a decisão final da Comissão de Reavaliação.

2. A Segurança Social quer confirmar se está realmente incapaz para o trabalho por motivo de doença

No caso de estar a receber subsídio de doença

Para confirmar que a pessoa continua incapaz para o trabalho por doença e mantém o direito ao subsídio de doença.

Se for decidido que o trabalhador está apto para trabalhar, este deixa de ter direito ao subsídio de doença (mesmo que o seu médico assistente considere que continua a haver incapacidade).

Em caso de doença numa pessoa que está a receber subsídio de desemprego

Se a pessoa recusar trabalho ou formação profissional por motivo de doença.

Outras situações

- A pessoa tem várias baixas seguidas.
- O início da doença coincide com o fim do contrato de trabalho.
- Existe uma suspeita fundamentada de fraude.
- O tempo de baixa conta para o *prazo de garantia* para ter acesso a pensões ou a outras prestações.
- A doença está associada a uma profissão ou uma região com muitos casos de incapacidade por doença.
- Quando os serviços de saúde mantêm a baixa para além do período máximo previsto pela Comissão de Reavaliação.

Haverá reavaliação se:

O seu médico não concordar com a decisão da Comissão de Verificação

Se a Comissão de Verificação decidir que está apto para trabalhar, mas o médico assistente disser que não está, pode pedir uma reavaliação no prazo de 10 dias a contar da data em que teve conhecimento da decisão da Comissão de Verificação.

Tem de juntar a este requerimento a declaração onde o médico assistente justifica por que razão continua a não estar apto para o trabalho.

Nestes casos, o subsídio de doença só lhe é dado se a Comissão de Reavaliação assim o decidir.

O trabalhador ficar novamente de baixa menos de 90 dias depois de ter sido considerado apto para trabalhar

A Segurança Social pode reavaliar a situação se voltar a ficar de baixa menos de 90 dias depois de ter sido considerado apto para trabalhar por uma Comissão de Verificação.

Nestes casos, o pagamento do subsídio de doença fica suspenso até haver uma decisão da Comissão de Reavaliação.

C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?

Pedido de verificação/reavaliação de incapacidade temporária feito pela entidade empregadora

Documentos necessários

Até quando pode ser feito o pedido

Pedido de reavaliação de incapacidade temporária feito pelo trabalhador

Documentos necessários

Até quando pode ser feito o pedido

Pedido de verificação/reavaliação de incapacidade feito pela entidade empregadora

Documentos necessários

Pedido feito por escrito ao Centro Distrital do Instituto da Segurança Social da zona onde o beneficiário vive

Até quando pode ser feito o pedido

Verificação – o pedido deve ser feito enquanto o trabalhador está de baixa.

Reavaliação – até 24 horas depois de ter recebido os resultados da avaliação.

Pedido de reavaliação de incapacidade temporária feito pelo trabalhador**Documentos necessários**

Pedido feito por escrito ao Centro Distrital do Instituto da Segurança Social da zona onde o beneficiário vive

Junto com o pedido, deve enviar:

- Informação do médico assistente que comprove a incapacidade para o trabalho
- Exames e análises
- Outras declarações médicas que justifiquem que se mantém a incapacidade para o trabalho.

Até quando pode ser feito o pedido de reavaliação

No prazo de 24 horas – se a verificação foi feita por iniciativa a entidade empregadora

No prazo de 10 dias – se a verificação foi feita por uma Comissão de Verificação, por iniciativa da Segurança Social.

C2 – Qual é o prazo de resposta?

Tipo de pedido	Resposta ao pedido	Realização do exame	Resultados do exame
Pedido de verificação feito pela entidade empregadora	24 horas	72 horas	24 horas
Pedido de reavaliação feito pelo trabalhador ou pela entidade empregadora (quando a verificação foi feita por um médico, a pedido da entidade empregadora)	24 horas	8 dias	Não há um prazo específico
Pedido de reavaliação feito pelo trabalhador (quando a verificação foi feita pela <u>Comissão de Verificação</u> , por iniciativa da Segurança Social)	Não há um prazo específico	30 dias	Não há um prazo específico

D1 – Quanto é preciso pagar pelo serviço de verificação/reavaliação de incapacidade?**Verificação da incapacidade****Reavaliação da incapacidade**

Verificação da incapacidade

A entidade empregadora tem de pagar € 42,15 (valor fixado para o ano de 2009. Em 2010 mantém-se o mesmo valor) cada vez que pede à Segurança Social para fazer a verificação da incapacidade de um trabalhador.

Esta taxa é actualizada no dia 1 de Janeiro de todos os anos, por aplicação do factor resultante do índice geral de preços no consumidor (IPC), sem habitação.

Reavaliação da incapacidade

Tanto o trabalhador como a entidade empregadora têm de pagar € 42,15 (valor fixado para 2009. Em 2010 mantém-se o mesmo valor) pela reavaliação da incapacidade.

Esta taxa é actualizada no dia 1 de Janeiro de todos os anos, por aplicação do factor resultante do índice geral de preços no consumidor (IPC), sem habitação

D2 – Como é pago?

O pagamento deve ser feito no prazo de 24 horas, por cheque ou em dinheiro, nos serviços de tesouraria da Segurança Social.

A falta de pagamento no prazo de 24 horas implica o arquivamento do pedido.

D3 – Quais as minhas obrigações?

Faltas justificadas

O trabalhador deve comparecer aos exames médicos pedidos pela Comissão.

Faltas injustificadas:

- Se não se apresentar ao exame e não tiver como justificar a sua falta no prazo de 5 dias úteis após a data do exame.

Faltas justificadas (só são permitidas duas):

- Se faltou ao exame por não conseguir movimentar-se (desde que comprovado pelo médico).
- Se foi internado ou preso e não pode deslocar-se ao local do exame (ambas as situações devem ser comprovadas pelos estabelecimentos onde se encontra).
- Qualquer situação devidamente comprovada.

Nota: Se a justificação for aceite, o exame médico pode ser feito em sua casa ou no estabelecimento onde se encontra. Só pode adiar o exame duas vezes.

E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável

Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro

Código do Trabalho, art.º 254.º: Verificação de incapacidade temporária para o trabalho por iniciativa da entidade empregadora (falta ser regulamentado).

Portaria n.º 91/2007, de 22 de Janeiro

Taxa devida pelas entidades empregadoras para verificação de incapacidade temporária.

Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho

Regulamentação do Código do Trabalho (art.ºs 191º a 201º, 205º e 206º): Verificação de incapacidade temporária a requerimento do empregador para justificar a interrupção de férias por doença ou justificação de faltas ao trabalho.

Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de Fevereiro

Protecção social na doença.

Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto

Código do Trabalho (art.º 219º): Verificação de incapacidade temporária a requerimento da entidade empregadora para confirmação de justificação de interrupção de férias por doença ou justificação de faltas ao trabalho.

Decreto-Lei n.º 360/97, de 17 de Dezembro

Sistema de verificação de incapacidades; incapacidades temporárias (art.ºs 11º a 14º e 30º a 41º).

E2 – Glossário

Prazo de garantia

É o período mínimo de trabalho com descontos para a Segurança Social que é necessário para ter acesso a um subsídio ou pensão.

Comissão de Verificação de Incapacidades Temporárias

Constituída por 2 peritos médicos nomeados pelo Centro Distrital do Instituto da Segurança Social. Vai avaliar o estado de saúde do trabalhador e decidir está ou não apto para trabalhar.

Comissão de Reavaliação de Incapacidades Temporárias

Constituída por 3 peritos médicos, 2 nomeados pelo Centro Distrital do Instituto da Segurança Social e o outro escolhido pelo trabalhador.

Nota: No caso de o trabalhador não indicar médico que o represente, ou, indicando-o, o mesmo faltar, a Comissão de Reavaliação será constituída pelos 2 médicos nomeados pelo Centro Distrital do Instituto de Segurança Social.

É chamada quando:

- o médico assistente do trabalhador não concorda com a decisão da Comissão de Verificação de que o trabalhador está apto para trabalhar
- a pessoa fica novamente de baixa menos de 90 dias depois de ter sido considerado apta pela Comissão de Verificação.

Vai reavaliar o estado de saúde do trabalhador e decidir está ou não apto para trabalhar.